



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, abril/2009

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2<sup>a</sup> andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 3, março 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em março de 2009 foi superavitário em R\$ 6,5 bilhões, contra déficit de R\$ 1,1 bilhão em fevereiro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões. O Banco Central, por sua vez, registrou déficit de R\$ 113,8 milhões.

*O resultado primário do Governo Central em março de 2009 foi superavitário em R\$ 6,5 bilhões.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	FEV 2009	MAR 2009	JAN-MAR 2008	JAN-MAR 2009
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>48.344,8</b>	<b>55.907,0</b>	<b>170.366,7</b>	<b>167.095,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>35.003,7</b>	<b>41.539,8</b>	<b>134.700,4</b>	<b>127.233,7</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	35.364,1	41.930,8	135.507,0	128.161,3
I.1.2. (-) Restituições	-360,4	-391,0	-806,6	-927,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>13.169,2</b>	<b>14.209,6</b>	<b>35.268,4</b>	<b>39.410,6</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	12.867,7	13.868,7	34.276,0	38.469,5
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	301,5	340,9	992,4	941,1
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>171,9</b>	<b>157,6</b>	<b>397,9</b>	<b>450,9</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.934,3</b>	<b>8.174,7</b>	<b>31.459,6</b>	<b>29.566,3</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>37.410,5</b>	<b>47.732,3</b>	<b>138.907,1</b>	<b>137.528,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>38.526,5</b>	<b>41.261,4</b>	<b>107.720,4</b>	<b>128.198,3</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>22.625,7</b>	<b>23.649,8</b>	<b>62.212,7</b>	<b>76.171,4</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.181,5	11.145,3	31.109,1	38.821,8
IV.1.2. Custeio e Capital	11.336,5	12.412,5	30.930,0	37.095,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.553,8	2.065,6	3.678,3	5.084,9
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	375,7	-1.446,9	1.092,5	6,4
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.467,8	1.615,5	3.663,0	4.469,8
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.939,1	10.178,3	22.496,2	27.534,6
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	6.728,7	8.482,9	18.605,3	23.135,0
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.210,4	1.695,4	3.891,0	4.399,6
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	107,8	92,0	173,6	254,0
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>15.756,4</b>	<b>17.340,3</b>	<b>45.020,5</b>	<b>51.466,2</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	12.599,5	13.872,2	36.111,5	41.160,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.156,9	3.468,1	8.909,0	10.305,5
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>144,3</b>	<b>271,4</b>	<b>487,2</b>	<b>560,7</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>-1.116,0</b>	<b>6.470,9</b>	<b>31.186,7</b>	<b>9.330,6</b>
VI.1. Tesouro Nacional	1.443,6	9.715,3	41.028,1	21.496,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.587,2	-3.130,6	-9.752,2	-12.055,6
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	268,2	-3,5	-1.835,5	-2.691,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-2.855,4	-3.127,2	-7.916,7	-9.364,4
VI.3. Banco Central (6)	27,6	-113,8	-89,2	-109,8
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>4,69%</b>	<b>1,35%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2009/2008	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>-1,92%</b>
Tesouro	-5,54%
Previdência	11,74%
<b>Transferências</b>	<b>-6,02%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>-0,99%</b>
<b>Despesas</b>	<b>19,01%</b>
Benefícios	14,32%
Pessoal	24,79%
Custeio e Capital	19,93%
FAT	38,24%
Subsídios	-99,42%
LOAS/RMV	22,03%
Outras	22,40%
Custeio	24,35%
Capital	13,07%
<b>PIB estimado</b>	<b>4,22%</b>

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve incremento de R\$ 6,6 bilhões (18,6%), passando de R\$ 35,4 bilhões em fevereiro para R\$ 41,9

*A evolução das receitas do Tesouro Nacional no mês decorreu, em grande medida, do encerramento do prazo legal para pagamento do IRPJ e da CSLL referentes à Declaração de Ajuste de 2008 e da tributação do IRRF – Rendimentos do Trabalho sobre participação de lucros pagos por empresas do setor financeiro.*

bilhões em março. Esta evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) o crescimento de R\$ 3,0 bilhões no IRPJ e de R\$ 1,3 bilhão da CSLL, em função do encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2008; ii) o incremento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido à distribuição de participação nos lucros ou resultados (PLR) por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo na arrecadação de março; e iii) o incremento de R\$ 763,6 milhões na arrecadação da Cofins. No sentido contrário, houve diminuição na arrecadação de dividendos da União, que ficou R\$ 559,4 milhões abaixo do valor arrecadado no mês anterior.

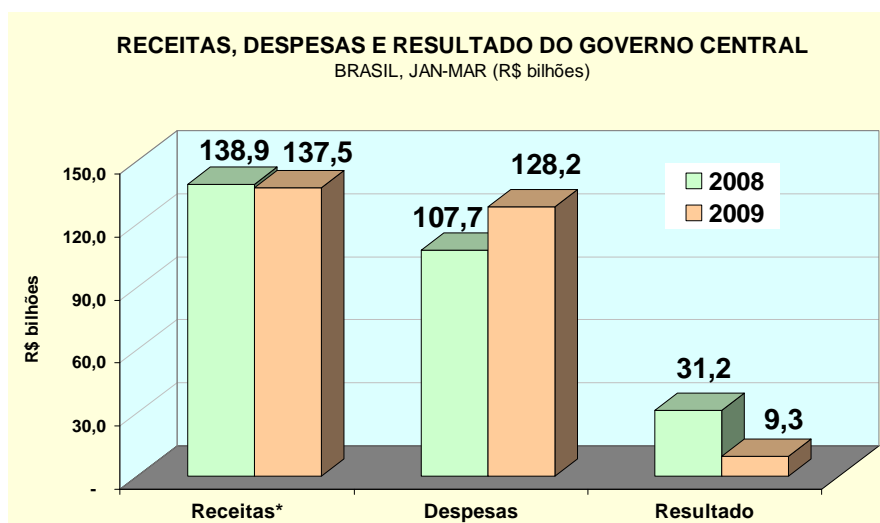
As transferências a estados e municípios apresentaram decréscimo de 25,2% (R\$ 2,8 bilhões) em termos nominais. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 6,6 bilhões, com decréscimo de 20,1% frente a fevereiro de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de fevereiro, com reflexos nas transferências do mês de março.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 1,0 bilhão nas despesas do Tesouro Nacional em relação a fevereiro, decorrente principalmente da evolução das despesas discricionárias, que sofreram acréscimo de R\$ 2,2 bilhões, passando de R\$ 6,8 bilhões em fevereiro para R\$ 9,0 bilhões em março.

O déficit da Previdência Social aumentou 21,0% (R\$ 543,4 milhões) relativamente a fevereiro, passando de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 3,1 bilhões, em decorrência principalmente do aumento do salário mínimo de R\$ 415,00 para R\$ 465,00 (reajuste de 12,0%) a partir de 1º de fevereiro de 2009. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 3,5 milhões no mês, contra superávit de R\$ 268,2 bilhões em fevereiro, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, perante déficit de R\$ 2,9 bilhões no mês anterior.

*No trimestre, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 9,3 bilhões.*

No trimestre, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 9,3 bilhões, contra R\$ 31,2 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 1,0% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 19,0%.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 5,4% (R\$ 7,3 bilhões) relativamente ao primeiro trimestre de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas quando se compara o último trimestre de 2008 com o último de 2007; ii) redução de 17,2% no acumulado do 1º bimestre de 2009 comparativamente ao 1º bimestre de 2008 na produção industrial, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação neste ano de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE – Combustíveis no valor de R\$ 3,6 bilhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) alteração da tabela de incidência do IPI – Automóveis para os fatos geradores de janeiro a março de 2009, e criação de mecanismo que permitiu que a nova tabela fosse aplicada também ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decreto nº 6.687/2008).

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 22,4% em termos nominais relativamente às verificadas no mesmo período de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,3 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 5,8 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde superior em R\$ 2,0 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 997,2 milhões (68,3%).

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 23,6% (R\$ 2,3 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 9,8 bilhões para R\$ 12,1 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,1 bilhões (11,7%), explicado sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que re-

*A evolução das receitas do Tesouro Nacional no trimestre decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE – Combustíveis no valor de R\$ 3,6 bilhões.*

*O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu, sobretudo, do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal e da dinâmica das despesas discricionárias.*

<b>RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b> BRASIL, JAN-MAR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	35.268,4	39.410,6	11,7%
Urbano	34.276,0	38.469,5	12,2%
Rural	992,4	941,1	-5,2%
Benefícios	45.020,5	51.466,2	14,3%
Urbano	36.111,5	41.160,7	14,0%
Rural	8.909,0	10.305,5	15,7%
<b>Res. Primário</b>	<b>-9.752,2</b>	<b>-12.055,6</b>	<b>23,6%</b>
Urbano	-1.835,5	-2.691,2	46,6%
Rural	-7.916,7	-9.364,4	18,3%

percuta nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 6,4 bilhões (14,3%) em decorrência do aumento de 12,6% no valor médio dos benefícios pagos (consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso) e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 655,5 milhões no pagamento de precatórios judiciais referentes a benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 2,7 bilhões, que corresponde a 22,3% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 9,4 bilhões (77,7% do déficit do RGPS).

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional elevou-se 18,6% relativamente ao mês anterior, com destaque para o IRPJ, o IRRF e a CSLL.*

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 41,9 bilhões em março contra R\$ 35,4 bilhões verificados em fevereiro de 2009 (acréscimo de 18,6%). Este comportamento é explicado pelo incremento de R\$ 4,7 bilhões nas receitas de impostos federais e de R\$ 2,3 bilhões nas receitas de contribuições.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 37,3 bilhões este mês, apresentando incremento de 22,9% em relação ao valor apurado em fevereiro (R\$ 30,3 bilhões). Esta evolução reflete: i) o crescimento de R\$ 3,0 bilhões no IRPJ e de R\$ 1,3 bilhão da CSLL, em função do encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2008; ii) o incremento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido à distribuição de participação nos lucros ou resultados (PLR) por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo na arrecadação de março; e iii) o incremento de R\$ 763,6 milhões na arrecadação da Cofins.

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, totalizaram R\$ 4,7 bilhões em março contra R\$ 5,0 bilhões registrados em fevereiro de 2009, apresentando redução de R\$ 367,7 milhões (7,3%). Tal desempenho advém da menor arrecadação de dividendos da União, que ficou R\$ 559,4 milhões abaixo do valor arrecadado no mês anterior.

<b>RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL</b> BRASIL, 2009 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/09	MAR/09
<b>Impostos</b>	<b>16.411,2</b>	<b>21.071,7</b>
Imposto de Renda	11.621,7	15.916,0
IPI	2.091,2	2.232,3
Outros	2.698,3	2.923,3
<b>Contribuições</b>	<b>13.930,3</b>	<b>16.204,3</b>
Cofins	7.538,6	8.302,2
CPMF	7,8	40,3
CSLL	3.212,6	4.527,4
Cide - Combustíveis	35,1	53,3
Outras	3.136,3	3.281,1
<b>Demais</b>	<b>5.022,6</b>	<b>4.654,9</b>
Cota parte	742,9	721,8
Diretamente Arrecadada	2.006,0	1.925,8
Dividendos da União	1.344,8	785,4
Concessões	16,2	12,7
Outras	912,8	1.209,3
<b>Total Bruto</b>	<b>35.364,1</b>	<b>41.930,8</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro trimestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 128,2 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 7,3 bilhões (5,4%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,5% no primeiro trimestre do ano.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- queda de R\$ 2,0 bilhões (8,0%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas quando se compara o último trimestre de 2008 com o último de 2007;
- decréscimo de R\$ 3,2 bilhões (11,5%) na Cofins e de R\$ 526,6 milhões (7,0%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 2,6 bilhões, no primeiro trimestre de 2009; ii) a desaceleração no volume geral de vendas; e iii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787 e pela Medida Provisória nº 451, todas de 2008;
- redução de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de R\$ 995,0 milhões;
- decréscimo de R\$ 2,1 bilhões (23,9%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a março de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12/12/2008, conforme Decreto nº 6.687/2008; e ii) IPI – Outros, decorrente da queda de 17,2% na produção industrial no acumulado do primeiro bimestre de 2009 relativamente ao primeiro bimestre de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes na Lei nº 11.774, na Medida Provisória nº 451 e no Decreto nº 6.696, todos de 2008;
- queda de R\$ 223,2 milhões (5,0%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com as desonerações constantes dos Decretos nºs 6.391, 6.453, 6.566, 6.613, 6.655 e 6.691, todos de 2008. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado a arrecadação atípica de R\$ 167,0 milhões, em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores;
- elevação de R\$ 2,9 bilhões (14,0%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R\$ 979,8 milhões (7,4%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento de 17,6% da massa salarial no período de dezembro de 2008 a fevereiro de 2009, de conformidade com a regra de transição constante na Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); ii) ao incremento de R\$ 938,6 milhões (22,1%) no IRRF – Rendimentos do Capital,

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na arrecadação tributos e contribuições.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Impostos</b>	<b>65.202,9</b>	<b>63.968,8</b>
Imposto de Renda	48.153,2	48.590,8
IPI	8.947,0	6.807,7
Outros	8.102,8	8.570,3
<b>Contribuições</b>	<b>52.738,9</b>	<b>48.513,2</b>
Cofins	28.148,8	24.924,5
CPMF	925,8	61,7
CSLL	11.070,6	12.843,0
Cide - Combustíveis	1.983,9	116,4
Outras	10.609,9	10.567,6
<b>Demais</b>	<b>17.565,2</b>	<b>15.679,2</b>
Cota parte	5.204,7	4.059,9
Diretamente Arrecadada	5.171,2	6.004,9
Dividendos da União	2.289,1	2.192,1
Concessões	2.277,9	243,5
Outras	2.622,3	3.178,8
<b>Total Bruto</b>	<b>135.507,0</b>	<b>128.161,3</b>

\* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO		
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Demais</b>	<b>17.565,2</b>	<b>15.679,2</b>
Cota parte	5.204,7	4.059,9
Plano do Servidor (CPSS)	1.714,6	2.066,7
Diretamente Arrecadada	5.171,2	6.004,9
Dividendos da União	2.289,1	2.192,1
Concessões	2.277,9	243,5
Outras	907,7	1.112,2

com destaque para os itens juros de capital próprio e operações de *swap*; e iii) ao aumento de R\$ 851,5 milhões (39,5%) do IRRF – Remessas ao Exterior;

- g) incremento de R\$ 1,8 bilhão (16,0%) na CSLL, sobretudo devido ao aumento da alíquota de 9,0% para 15,0% das instituições financeiras a partir dos fatos geradores de maio de 2008; e
- h) elevação de R\$ 694,6 milhões (19,3%) no Imposto de Importação, decorrente da redução de 23,9% no valor em dólar das importações tributadas e da elevação de 25,0% na alíquota média do imposto e de 33,0% na taxa média de câmbio.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R\$ 1,9 bilhão (10,7%) em relação ao primeiro trimestre de 2008, decorrente: i) da queda de R\$ 2,0 bilhões no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R\$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural; ii) do decréscimo de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação relativa a cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo; e iii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 833,7 milhões.

## Transferências a Estados e Municípios

### TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	FEV/09	MAR/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.279,2	6.611,7
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	2.492,6	1.400,6
<b>Total</b>	<b>10.934,3</b>	<b>8.174,7</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

### BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)

Decêndio	Fev/09	Mar/09
Terceiro Decêndio	12.842,4	7.874,2
Primeiro Decêndio	1.451,1	1.392,6
Segundo Decêndio	3.965,9	5.332,3
<b>Total</b>	<b>18.259,4</b>	<b>14.599,1</b>

### TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	25.198,3	23.779,7
CIDE - Combustíveis	471,6	273,9
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	503,6	487,5
Demais	5.286,2	5.025,2
<b>Total</b>	<b>31.459,6</b>	<b>29.566,3</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

Em março, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,2 bilhões, contra R\$ 10,9 bilhões em fevereiro de 2009, apresentando decréscimo de 25,2%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 6,6 bilhões, com decréscimo de R\$ 1,7 bilhão (20,1%) frente a fevereiro de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de fevereiro, com reflexos no mês de março.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2009 e de 2008, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, decréscimo de R\$ 1,9 bilhão (6,0%), diminuindo de R\$ 31,5 bilhões em 2008 para R\$ 29,6 bilhões em 2009. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 1,4 bilhão (5,6%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008, e ii) pela queda de R\$ 631,6 milhões nas transferências relativas aos *royalties* da Lei nº 9.478/1997, em função da queda dos preços internacionais do petróleo.



As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 23,6 bilhões em Março, contra R\$ 22,6 bilhões no mês anterior. O crescimento de R\$ 1,0 bilhão (4,5%) decorreu basicamente do aumento nas despesas de custeio e capital, uma vez que as despesas de pessoal permaneceram praticamente estáveis em relação ao mês de fevereiro.

Os gastos com custeio e capital totalizaram R\$ 12,4 bilhões em março, contra R\$ 11,3 bilhões em fevereiro, o que significou um aumento de R\$ 1,1 bilhão (9,5%) em relação ao mês anterior. Houve aumento de R\$ 511,7 milhões nas despesas do FAT, de R\$ 2,2 bilhões nas outras despesas de custeio e capital e de R\$ 147,7 bilhões benefícios assistenciais (LOAS/RMV). Por outro lado, houve redução de R\$ 1,8 bilhão nos Subsídios e Subvenções Econômicas.

Os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) atingiram R\$ 1,6 bilhão no mês, o que representou um crescimento de 10,1% em relação ao mês anterior. Houve expansão também nas despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que registraram acréscimo de R\$ 511,7 milhões (32,9%) em relação ao mês anterior.

Em relação às outras despesas de custeio e capital, cujo aumento foi de R\$ 2,2 bilhões (28,2%) comparativamente ao mês de fevereiro, o incremento decorreu da expansão das despesas discricionárias (32,9%), sendo que as variações mais expressivas foram observadas nos gastos dos Ministérios: da Saúde, R\$ 594,9 milhões; Defesa, R\$ 477,4 milhões; Educação, R\$ 331,5 milhões; Desenvolvimento Agrário, R\$ 248,5 milhões; e Desenvolvimento Social, R\$ 182,0 milhões.

No caso dos gastos com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, a principal variação ocorreu nas operações oficiais de crédito, com destaque para o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que registrou retorno líquido de R\$ 2,0 bilhões no mês. Houve também redução no custeio agropecuário de R\$ 69,0 milhões. Por outro lado, houve crescimento nos gastos relativos aos preços agrícolas, cujo aumento alcançou R\$ 89,1 milhões, em decorrência principalmente dos gastos no Programa de Sustentação de Preços, que passaram de R\$ 35,0 milhões em fevereiro para R\$ 100,0 milhões em março, superando o mês anterior em R\$ 65,0 milhões (185,7%).

No primeiro trimestre de 2009, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 76,2 bilhões, aumentando R\$ 14,0 bilhões (22,4%) em relação ao mesmo período de 2008. Houve aumento de R\$ 7,7 bilhões (24,8%) nas despesas de pessoal e encargos sociais e de R\$ 6,2 bilhões (19,9%) nos gastos com custeio e capital.

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/09	MAR/09
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>11.181,5</b>	<b>11.145,3</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>11.336,5</b>	<b>12.412,5</b>
Despesas do FAT	1.553,8	2.065,6
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	375,7	-1.446,9
LOAS/RMV	1.467,8	1.615,5
Outras	7.939,1	10.178,3
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>107,8</b>	<b>92,0</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008-2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/09	MAR/09
Sentenças Judiciais	95,0	14,7
Legislativo/Judiciário	413,6	508,5
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	138,0	160,2
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	441,0	439,9
Outras <sup>3</sup>	53,2	17,9
Discricionárias	6.798,3	9.037,0
d/q Min. da Saúde	3.364,1	3.959,0
Min. do Des. Social	1.077,8	1.259,9
Min. da Educação	626,3	957,8
Min. da Defesa	361,3	838,7
Min. da Ciência e Tec.	200,5	307,3
Min. do Des. Agrário	112,7	361,2
Min. da Justiça	124,0	149,7
Min. da Previdência	112,9	138,7
Min. das Cidades	60,1	126,3
Demais	758,6	938,5
<b>Total</b>	<b>7.939,1</b>	<b>10.178,3</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	FEV/09	MAR/09
<b>Agricultura</b>	<b>271,5</b>	<b>279,2</b>
Custeio Agropecuário	71,8	2,8
Investimento Rural	0,0	-0,1
Preços Agrícolas	130,4	219,5
- EGF	8,5	0,1
- AGF	86,9	119,5
- Sustent. de preços	35,0	100,0
Pronaf	7,2	2,6
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	58,1	50,4
FUNCAFÉ	4,0	3,9
<b>Outros</b>	<b>-136,9</b>	<b>-1.983,9</b>
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-26,6	-2.017,6
Exportação (Proex)	-110,3	33,6
<b>Total</b>	<b>134,6</b>	<b>-1.704,7</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>31.109,1</b>	<b>38.821,8</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>30.930,0</b>	<b>37.095,7</b>
Despesas do FAT	3.678,3	5.084,9
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	1.092,5	6,4
LOAS/RMV	3.663,0	4.469,8
Outras	22.496,2	27.534,6
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>173,6</b>	<b>254,0</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

*As despesas com custeio e capital evoluíram 19,9% em relação ao primeiro trimestre de 2008.*

A elevação das despesas com pessoal e encargos sociais explica-se principalmente pelo aumento nos pagamentos de precatórios e sentenças judiciais, que atingiram R\$ 4,6 bilhões no trimestre, representando um incremento de R\$ 2,0 bilhões em relação ao ano de 2008. Além disso, a despesa também foi influenciada pela reestruturação de carreiras dos servidores públicos federal.

No âmbito das despesas de custeio e capital, as maiores variações foram observadas nas despesas do FAT, que aumentaram R\$ 1,4 bilhão (38,2%) no período, e nas despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivo, com decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (99,4%). Registrou-se também um aumento nos dispêndios com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) de R\$ 806,9 milhões (22,0%) e, nas outras despesas de custeio e capital, aumento de R\$ 5,0 bilhões (22,4%).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2008	2009
<b>Agricultura</b>	<b>864,6</b>	<b>1.231,4</b>
Custeio Agropecuário	130,1	180,1
Investimento Rural	20,8	15,7
Preços Agrícolas	219,3	599,5
- EGF	3,6	10,9
- AGF	-99,4	347,1
- Sustent. de preços	315,0	241,5
Pronaf	319,5	232,6
Pesa	72,9	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	96,3	174,7
FUNCAFÉ	5,8	28,9
<b>Outros</b>	<b>-263,2</b>	<b>-2.047,9</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-175,3	-2.061,1
Exportação (Proex)	-87,9	13,3
<b>Total</b>	<b>601,4</b>	<b>-816,5</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

<sup>2</sup> Dados revisados

*Despesas com LOAS/RMV em 2009 foram 22,0% maiores do que no mesmo período em 2008, em decorrência do aumento do salário mínimo e da média de concessão de benefícios.*

As despesas com o FAT passaram de R\$ 3,7 bilhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 5,1 bilhões no mesmo período de 2009, um aumento de 1,4 bilhão (38,2%). Explica-se tal incremento, no caso do seguro-desemprego, pelo aumento de 12,0% do salário mínimo a partir de fevereiro de 2009 e também pelo crescimento do número de trabalhadores beneficiados em função do aumento da suspensão do contrato de trabalho.

No tocante aos subsídios e subvenções econômicas, destacam-se as operações oficiais de crédito, que decresceram R\$ 1,4 bilhão (235,8%), em função principalmente do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, que obteve um retorno líquido de R\$ 2,0 bilhões no período, registrando variação de R\$ 1,9 bilhão em relação ao ano anterior. Pode-se destacar também o crescimento de R\$ 380,2 milhões (173,4%) nos gastos dos preços agrícolas, em decorrência do incremento nos dispêndios de AGF, cuja variação alcançou R\$ 446,5 milhões (449,3%). Os gastos com subvenções aos fundos regionais atingiram R\$ 822,9 milhões em 2009, representando aumento de 331,7 milhões (67,5%) em relação a 2008.

A elevação de 22,0% nas despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), por sua vez, pode ser explicada principalmente pelo aumento do salário mínimo no período e também pelo aumento da média de concessão de benefícios. Até março de 2009, o número de benefícios concedidos foi de 2.971.965, sendo que 1.442.940 relativo aos idosos e 1.529.025 aos portadores de necessidades especiais, com crescimento médio foi de 9% frente aos 10% dos idosos.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2008-2009**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-mar/01	1.231.030	-	414.304	-	816.727	-
média jan-mar/02	1.366.553	11%	487.030	18%	879.523	8%
média jan-mar/03	1.580.743	16%	596.885	23%	983.858	12%
média jan-mar/04	1.748.935	11%	706.703	18%	1.042.232	6%
média jan-mar/05	2.093.144	20%	953.395	35%	1.139.748	9%
média jan-mar/06	2.315.386	11%	1.086.712	14%	1.228.674	8%
média jan-mar/07	2.500.220	8%	1.197.257	10%	1.302.963	6%
média jan-mar/08	2.716.609	9%	1.312.881	10%	1.403.728	8%
média jan-mar/09	2.971.965	9%	1.442.940	10%	1.529.025	9%

Em relação aos demais gastos de custeio e capital que aumentaram R\$ 5,0 bilhões (22,4%), passando de R\$ 22,5 bilhões em 2008 para R\$ 27,5 bilhões neste ano, destacam-se as despesas discricionárias, com um aumento de R\$ 5,8 bilhões (33,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve aumento também na rubrica de sentenças judiciais e precatórios, que registrou um incremento de R\$ 242,9 milhões, frente a uma redução de R\$ 997,2 milhões (68,3%) nos créditos extraordinários. No âmbito das despesas discricionárias, as maiores variações foram no Ministério da Saúde (R\$ 2,7 bilhões), no Ministério da Defesa (R\$ 830,7 milhões) e nas demais (R\$ 609,5 milhões).

Os investimentos realizados no âmbito do Governo Federal (Tabela A8) passaram de R\$ 3,9 bilhões em 2008 para R\$ 4,4 bilhões em 2009 (crescimento de 13,1%). Destacam-se os gastos dos seguintes Ministérios: i) Transportes (R\$ 1,0 bilhão); ii) Defesa (R\$ 612,6 milhões); iii) Cidades (R\$ 459,5 milhões); iv) Educação (R\$ 433,0 milhões); e v) Saúde (R\$ 327,3 milhões). Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – parcela dedutível da meta de superávit primário – foram de R\$ 1.218,4 milhões em 2009, frente a R\$ 1.177,1 milhões no ano anterior, o que equivale a um crescimento de 3,5% nessa despesa.

Com relação aos restos a pagar (RP), no âmbito do Poder Executivo (Decreto de Programação Financeira), foi inscrito para 2009 o montante líquido de R\$ 45,8 bilhões, dos quais R\$ 33,3 bilhões (72,7%) correspondem a investimentos (inclusive PPI) e R\$ 12,5 bilhões (27,3%) são relativos a custeio. A execução dos restos a pagar relativos aos investimentos totalizou R\$ 2,8 bilhões, sendo os maiores dispêndios registrados nos seguintes Ministérios: a) Transportes, R\$ 783,4 mi-

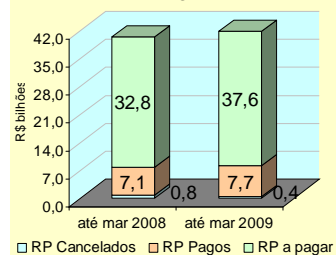
**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL  
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.347,4	1.590,4
Legislativo/Judiciário	1.205,7	1.322,9
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	1.459,2	461,9
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	1.177,1	1.218,4
Outras <sup>3</sup>	257,7	134,2
Discricionárias	17.049,1	22.806,8
d/q Min. da Saúde	8.014,4	10.757,9
Min. do Des. Social	2.731,5	3.336,2
Min. da Educação	2.105,4	2.194,1
Min. da Defesa	648,3	1.479,0
Min. da Ciência e Tec.	493,3	681,6
Min. do Des. Agrário	295,2	598,7
Min. da Previdência	202,0	317,4
Min. da Justiça	226,5	430,2
Min. dos Transportes	274,8	344,5
Demais	2.057,6	2.667,2
<b>Total</b>	<b>22.496,2</b>	<b>27.534,6</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

<sup>3</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**


lhões; b) Educação, R\$ 350,6 milhões; c) Defesa, R\$ 324,9 milhões; d) Saúde, R\$ 310,2 milhões; e) Cidades, R\$ 288,4 milhões.

## Previdência Social

Em março, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, superior em R\$ 543,4 milhões ao registrado em fevereiro (elevação de 21,0%). A elevação do déficit se deve principalmente ao aumento da despesa com benefícios previdenciários, decorrente do reajuste do salário mínimo em fevereiro. A majoração do dispêndio foi parcialmente compensada pela elevação da arrecadação líquida. No primeiro trimestre do ano, observou-se incremento do déficit no montante de R\$ 2,3 bilhões (23,6%).

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2009	2009	2008	2009
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>13.169,2</b>	<b>14.209,6</b>	<b>35.268,4</b>	<b>39.410,6</b>
Arrecadação Bruta	14.633,0	15.674,7	39.963,1	44.771,4
- Contribuição Previdenciária	13.767,7	13.894,2	36.971,0	41.421,5
- Simples	748,6	1.491,2	2.463,2	2.781,3
- CFT	2,8	109,1	183,2	157,1
- Depósitos Judiciais	93,1	156,4	273,6	341,0
- Refis	20,7	23,7	72,2	70,6
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-45,6	-63,4	-52,4	-122,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.418,1	-1.401,6	-4.642,4	-5.238,7
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>15.756,4</b>	<b>17.340,3</b>	<b>45.020,5</b>	<b>51.466,2</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-2.587,2</b>	<b>-3.130,6</b>	<b>-9.752,2</b>	<b>-12.055,6</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,47%</b>	<b>-1,74%</b>

*Em março de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. No primeiro trimestre do ano, o déficit atingiu R\$ 12,1 bilhões, equivalentes a 1,74% do PIB.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-MAR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	35.268,4	39.410,6	11,7%
Urbano	34.276,0	38.469,5	12,2%
Rural	992,4	941,1	-5,2%
Benefícios	45.020,5	51.466,2	14,3%
Urbano	36.111,5	41.160,7	14,0%
Rural	8.909,0	10.305,5	15,7%
Res. Primário	-9.752,2	-12.055,6	23,6%
Urbano	-1.835,5	-2.691,2	46,6%
Rural	-7.916,7	-9.364,4	18,3%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,2 bilhões em março, representando elevação de R\$ 1,0 bilhão (7,9%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. A principal razão foi o aumento das receitas arrecadadas por meio do Simples Nacional, que passaram de R\$ 748,6 milhões em fevereiro para R\$ 1,5 bilhão em março (aumento de 99,2%). Esse fenômeno se deveu a uma medida extraordinária adotada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). A Resolução CGSN nº 54, de 29 de janeiro de 2009, em seu art. 3º, concedeu aos contribuintes do Simples Nacional prorrogação até 13 de março de 2009 do prazo para o pagamento dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos em janeiro de 2009. Por sua vez, os tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos em fevereiro de 2009 deveriam ser pagos normalmente até aquela mesma data, nos termos da Resolução CGSN nº 51, de 22 de dezembro de 2008, em seu art. 18, I (com re-

dação dada pela Resolução CGSN nº 56, de 23 de março de 2009, em seu art. 7º). Dessa forma, parte da receita a ser auferida pelo RGPS por meio do Simples Nacional em fevereiro foi adiada para março, ocasionando um acúmulo excepcional de receita neste mês. Em relação ao primeiro trimestre de 2008, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,1 bilhões (11,7%). Isso se explica sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009 foi 17,6% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios em março alcançaram o montante de R\$ 17,3 bilhões, importando acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (10,1%) com relação ao mês anterior. Isso se deve sobretudo à Medida Provisória nº 456, de 30 de janeiro de 2009, que elevou o salário mínimo de R\$ 415,00 para R\$ 465,00 (reajuste de 12,0%) a partir de 1º de fevereiro de 2009. A maior parte do efeito financeiro do reajuste se fez sentir em março, mês seguinte ao primeiro mês de competência do novo salário mínimo. Em relação ao primeiro trimestre de 2008, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 6,4 bilhões (14,3%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 72,18 (12,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 731,0 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios do primeiro trimestre de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 415,7 mil aposentadorias (2,9%) e de 130,8 mil pensões por morte (2,1%), bem como a redução de 47,8 mil benefícios de auxílio-doença (3,6%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAR			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,1	22,9	3,3%
Valor médio RGPS**	574,6	646,8	12,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

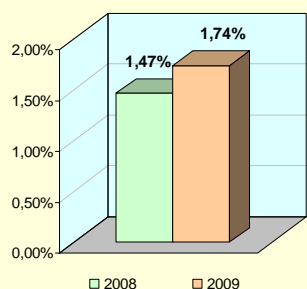
**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2008-2009**

	Em mil benefícios			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2009	2009	2008	2009
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>22.816</b>	<b>22.955</b>	<b>22.121</b>	<b>22.631</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>22.022</b>	<b>22.151</b>	<b>21.353</b>	<b>21.842</b>
Aposentadorias	14.551	14.610	13.962	14.375
Idade	7.555	7.588	7.224	7.456
Invalidez	2.848	2.855	2.769	2.824
Tempo de contribuição	4.148	4.167	3.969	4.095
Pensão por morte	6.305	6.322	6.117	6.248
Auxílio-Doença	1.069	1.113	1.191	1.124
Salário - maternidade	52	58	43	51
Outros	46	47	40	44
<b>Acidentários</b>	<b>794</b>	<b>804</b>	<b>768</b>	<b>789</b>
Aposentadorias	154	155	149	153
Pensão por morte	128	128	129	128
Auxílio - doença	160	170	137	156
Auxílio - acidente	273	273	271	273
Auxílio - suplementar	78	78	82	80

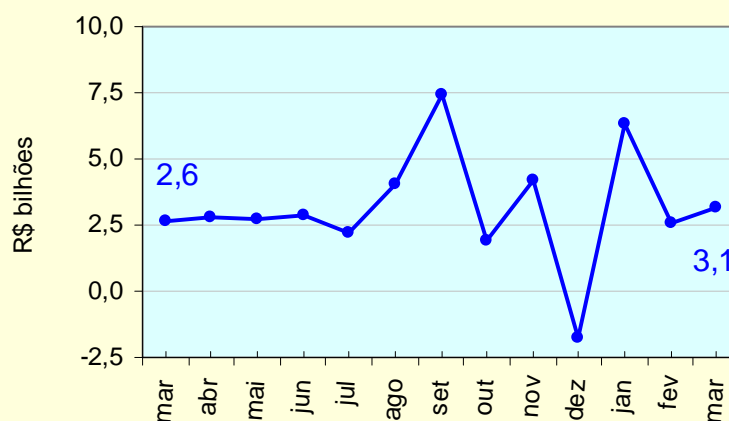
**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
 BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,30%	5,68%
Urbano	5,15%	5,55%
Rural	0,15%	0,14%
Benefícios	6,76%	7,42%
Urbano	5,43%	5,93%
Rural	1,34%	1,49%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,47%</b>	<b>-1,74%</b>
Urbano	<b>-0,28%</b>	<b>-0,39%</b>
Rural	<b>-1,19%</b>	<b>-1,35%</b>

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,38 ponto percentual em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários elevaram-se de 0,66 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,74% do PIB, 0,27 ponto percentual maior que o mesmo nível registrado no primeiro trimestre de 2008.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
 BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

BRASIL, 2008/2009



## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 670,3 bilhões em março, perfazendo o equivalente a 22,9% do PIB. Houve redução, em relação ao mês anterior, de R\$ 178,0 bilhões ou 5,9 pontos percentuais em proporção do PIB. A expansão de R\$ R\$ 212,0 bilhões observada nos Haveres do Tesouro Nacional mais do que compensou o crescimento de R\$ 33,9 bilhões no saldo da dívida.

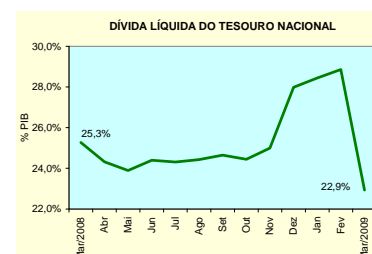
*Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 670,3 bilhões ou 22,9% do PIB.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	MAR	FEV	MAR
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>601.470</b>	<b>715.154</b>	<b>540.261</b>
I.1. Dívida Interna	1.619.379	1.714.352	1.751.401
I.2. Haveres Internos	1.017.909	999.198	1.211.141
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>105.950</b>	<b>133.224</b>	<b>130.070</b>
II.1. Dívida Externa	106.245	133.600	130.450
II.2. Haveres Externos	295	376	380
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>707.420</b>	<b>848.377</b>	<b>670.331</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>11</sup></b>	<b>25,3%</b>	<b>28,9%</b>	<b>22,9%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>11</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

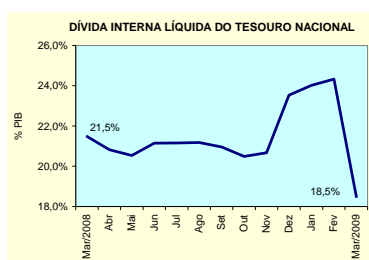


Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB reduziu-se em 2,3 pontos percentuais, passando de 25,3% em março de 2008 para 22,9% em março de 2009. Em termos nominais, a redução foi de R\$ 37,1 bilhões no mesmo período. A expansão de R\$ 193,3 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional mais do que compensou o aumento de R\$ 156,2 bilhões verificado no período no saldo total da dívida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de março com saldo de R\$ 540,3 bilhões, o que equivale a 18,5% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve redução de R\$ 174,9 bilhões em termos nominais e 5,8 p.p. do PIB. Comparativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 3,0 p.p., passando de 21,5% em março de 2008 para 18,5% em março de 2009. A redução da dívida em ambas análises decorre, em grande medida, do aumento no saldo de haveres internos devido ao repasse do BCB ao Tesouro, que foi realizado em março de 2009 no valor de R\$ 185,4 bilhões, referente a resultado positivo do

## ***Dívida Interna Líquida***

Banco e a resultado de equalização cambial apurados no segundo semestre de 2008.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2008/2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 MAR	2009 FEV	2009 MAR
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.619.379</b>	<b>1.714.352</b>	<b>1.751.401</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.596.918	1.692.137	1.729.299
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.250.027	1.247.399	1.267.794
DPMFi em Poder do Banco Central	362.999	465.516	482.112
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(16.108)	(20.778)	(20.607)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.461	22.215	22.102
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.017.909</b>	<b>999.198</b>	<b>1.211.141</b>
II.1. Disponibilidades Internas	283.663	182.233	386.018
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	420.799	450.194	448.267
II.3. Haveres da Administração Indireta	195.088	210.080	207.930
II.4. Haveres Administrados pela STN	118.359	156.691	168.925
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>601.470</b>	<b>715.154</b>	<b>540.261</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,5%</b>	<b>24,3%</b>	<b>18,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2008 MAR	2009 FEV	2009 MAR
Em Poder do Público	1.250	1.247	1.268
LFT	417	482	471
LTN	318	188	212
NTN-B	263	306	311
NTN-C	67	58	58
NTN-F	135	166	169
Demais <sup>1</sup>	50	46	46
Aplic. em Tít. Púb.	-16	-21	-21
Na carteira do BCB	363	466	482
<b>Total</b>	<b>1.597</b>	<b>1.692</b>	<b>1.729</b>
% PIB	57,04%	57,55%	59,16%

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, principal componente da dívida interna, cresceu R\$ 37,2 bilhões em termos nominais (1,6 p.p. em relação ao PIB) comparativamente ao mês de fevereiro. Essa variação no mês decorreu da emissão de R\$ 46,3 bilhões, parcialmente compensada pelo resgate de R\$ 26,3 bilhões, mais apropriação de juros no valor de R\$ 17,0 bilhões. Em relação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 132,4 bilhões em termos nominais e de 2,13 p.p. em proporção do PIB, passando de 57,04% para 59,16% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, o aumento foi de R\$ 20,4 bilhões. Foram R\$ 34,7 bilhões de emissões, contra R\$ 26,3 bilhões de resgates, mais a apropriação de juros de R\$ 11,9 bilhões. Na carteira do Banco Central, as emissões somaram R\$ 11,6 bilhões e foram apropriados R\$ 5,0 bilhões de juros. Não houve resgate no mês de março.

Em relação à dívida em poder do público, as variações mais expressivas ocorreram nos estoques de LFT (resgate líquido de R\$ 15,5 bilhões e apropriação de juros de R\$ 4,6 bilhões) e de LTN (emissão líquida de R\$ 22,3 bilhões e apropriação de juros de R\$ 1,9 bilhão).



**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, MAR/2009**

Título	Saldo Fev/09	Fatores de Variação <sup>1</sup>			Saldo Mar/09
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	
Em poder do público	1.247,4	34,7	-26,3	11,9	1.267,8
LFT	482,3	8,0	-23,5	4,6	471,4
LTN	188,1	22,9	-0,6	1,9	212,3
NTN-B	306,5	2,1	-1,2	3,8	311,2
NTN-C	58,1	0,0	-0,1	0,0	58,0
NTN-F	166,1	1,3	0,0	1,8	169,2
Demais <sup>4</sup>	46,4	0,4	-0,9	-0,1	45,7
Na carteira do BCB	465,5	11,6	0,0	5,0	482,1
<b>Total</b>	<b>1.712,9</b>	<b>46,3</b>	<b>-26,3</b>	<b>17,0</b>	<b>1.749,9</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

<sup>4</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2008/2009**

Discriminação	R\$ bilhões		
	2008		2009
	MAR	FEV	MAR
Lei 9.496/97	293,7	319,8	319,0
MP 2.185/01	45,7	50,3	50,2
Lei 8.727/93	42,9	41,0	40,4
Antecipação de Royalties	13,2	12,2	12,2
Bônus Renegociados	7,4	9,1	8,9
Lei 7.976/89	1,7	1,1	1,0
Demais Haveres	16,3	16,7	16,5
<b>Total</b>	<b>420,8</b>	<b>450,2</b>	<b>448,3</b>
% PIB	15,03%	15,31%	15,34%

Os Haveres do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 211,9 bilhões em relação ao mês anterior, o equivalente a 7,4 p.p. do PIB. Houve aumento nas disponibilidades internas (R\$ 203,8 bilhões) e nos haveres administrados pela STN (R\$ 12,2 bilhões), contra redução nos haveres da Administração Indireta (R\$ 2,1 bilhões) e nos haveres junto aos governos regionais (R\$ 1,9 bilhão).

O aumento nas disponibilidades internas decorreu, principalmente, do repasse do BCB ao Tesouro referente a resultado positivo do Banco e a resultado de equalização cambial apurados no segundo semestre de 2008. No caso dos haveres administrados pela STN, a expansão verificada decorreu da atualização dos saldos devedores dos contratos e da implementação do contrato de financiamento do BNDES.

Por seu turno, a redução dos haveres junto aos governos regionais resultou, principalmente, da diminuição dos saldos das dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, em função do efeito negativo da atualização monetária, além das amortizações ocorridas no período, compensadas em parte pela incidência dos juros contratuais. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos é realizada pela variação do IGP-DI verificada no mês anterior ao de apuração do saldo. Em fevereiro, tal variação foi de -0,13%.

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 130,1 bilhões, contra R\$ 133,6 bilhões em fevereiro de 2009 (redução de

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**BRASIL, 2008/2009**

Entidade	R\$ bilhões		
	2008		2009
	MAR	FEV	MAR
FAT	128,5	136,0	136,6
Fundos Regionais	40,3	45,8	46,3
Demais	26,3	28,2	25,0
<b>Total</b>	<b>195,1</b>	<b>210,1</b>	<b>207,9</b>

**Dívida Externa**  
**Líquida**

R\$ 3,2 bilhões). Em proporção do PIB, passou de 4,5% no mês anterior para 4,4% em março.

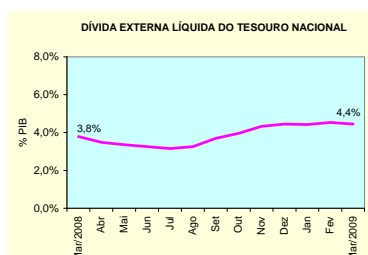
A Dívida Externa Líquida em fevereiro totalizou R\$ 130,0 bilhões, equivalentes a 4,4% do PIB.

**TABELA 7**  
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)  
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	MAR	FEV	MAR
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>106.245</b>	<b>133.600</b>	<b>130.450</b>
I.1. Dívida Mobiliária	81.771	102.037	100.148
Euro	12.050	12.038	12.358
Global US\$	58.955	79.252	76.999
Global BRL	10.466	10.367	10.466
Demais	300	379	324
I.2. Dívida Contratual	24.475	31.562	30.302
Organismos Internacionais	20.362	26.512	25.463
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.112	5.051	4.839
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>295</b>	<b>376</b>	<b>380</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	295	376	380
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>105.950</b>	<b>133.224</b>	<b>130.070</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>11</sup></b>	<b>3,8%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,4%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>11</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Esse comportamento decorreu basicamente da desvalorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a Dívida Pública Federal Externa. O impacto dessa variação cambial no mês foi de R\$ 2,8 bilhões. Houve ainda resgate líquido de R\$ 1,3 bilhão no período, além de apropriação de juros no valor de R\$ 934,0 milhões. Do estoque total, a dívida mobiliária corresponde a 76,8%, registrando R\$ 100,1 bilhões; e a dívida contratual, que totaliza R\$ 30,3 bilhões, representa 23,2% do total da dívida externa.

**TABELA 8**  
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL  
BRASIL, MAR/2009

Discriminação	Saldo Fev/09	Fatores de Variação <sup>11</sup>				Saldo Mar/09
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>102.037</b>	-	<b>(781)</b>	<b>804</b>	<b>(1.912)</b>	<b>100.148</b>
Global US\$	79.252	-	(735)	591	(2.109)	76.999
Euro	12.038	-	-	107	212	12.358
Global BRL	10.367	-	-	104	(5)	10.466
Demais	379	-	(46)	2	(10)	324
<b>Dívida Contratual</b>	<b>31.562</b>	<b>24</b>	<b>(528)</b>	<b>130</b>	<b>(886)</b>	<b>30.302</b>
Org. Internacionais	26.512	24	(454)	110	(728)	25.463
Bancos Priv./Ag. Gov.	5.051	-	(74)	21	(158)	4.839
<b>Total</b>	<b>133.600</b>	<b>24</b>	<b>(1.309)</b>	<b>934</b>	<b>(2.798)</b>	<b>130.450</b>

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 24,1 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 105,9 bilhões em março de 2008 para R\$ 130,1 bilhões em março de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,7 p.p.

# **Anexos**

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### **d) Outras Informações**

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Março 2009/2008

### **e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### ***Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal***

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### ***Abreviaturas mais comuns da Dívida***

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



	Mar/2008	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2009
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>54.872,4</b>	<b>58.862,3</b>	<b>60.782,1</b>	<b>57.723,1</b>	<b>59.325,6</b>	<b>65.917,3</b>	<b>59.770,2</b>	<b>61.998,8</b>	<b>66.575,9</b>	<b>80.010,6</b>	<b>47.940,7</b>	<b>55.834,6</b>	<b>58.166,3</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	32.117,3	39.412,1	39.515,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,6	1.121,6	2.301,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9
I.5 - Receita do Salário Educação	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.731,0	14.336,2	15.373,7
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>51.389,8</b>	<b>53.213,8</b>	<b>56.291,7</b>	<b>60.641,5</b>	<b>64.255,8</b>	<b>49.005,2</b>	<b>54.756,8</b>	<b>48.764,0</b>	<b>67.037,4</b>	<b>61.135,6</b>	<b>73.726,5</b>	<b>50.979,3</b>	<b>51.265,0</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>10.994,6</b>	<b>12.436,4</b>	<b>13.907,4</b>	<b>11.332,5</b>	<b>11.274,5</b>	<b>14.217,2</b>	<b>11.648,5</b>	<b>12.292,7</b>	<b>16.506,4</b>	<b>15.469,4</b>	<b>8.392,8</b>	<b>8.840,0</b>	<b>6.533,8</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	5.069,0	4.718,1	3.764,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	780,7	1.347,9	434,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.611,5	2.172,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>40.395,2</b>	<b>40.777,4</b>	<b>42.384,2</b>	<b>49.309,0</b>	<b>52.981,3</b>	<b>34.788,0</b>	<b>43.108,3</b>	<b>36.471,2</b>	<b>50.531,0</b>	<b>45.666,2</b>	<b>65.333,7</b>	<b>42.139,3</b>	<b>44.731,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.735,0	10.097,9	10.844,5	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.563,4	12.168,4	12.486,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.565,4	810,5	559,5
i) Dívida Contratual Interna	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	52,0	103,2	109,7
ii) Dívida Contratual Externa	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	449,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.060,5	18.085,6	16.614,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.868,6	8.692,4	8.246,5	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	6.312,4	7.900,9	9.566,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)</b>	<b>3.482,7</b>	<b>5.648,6</b>	<b>4.490,5</b>	<b>-2.918,4</b>	<b>-4.930,3</b>	<b>16.912,2</b>	<b>5.013,4</b>	<b>13.234,8</b>	<b>-461,5</b>	<b>18.875,0</b>	<b>-25.785,8</b>	<b>4.855,2</b>	<b>6.901,3</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>21.769,9</b>	<b>23.645,7</b>	<b>18.621,8</b>	<b>38.064,0</b>	<b>21.375,8</b>	<b>19.965,2</b>	<b>8.888,4</b>	<b>10.107,0</b>	<b>13.618,9</b>	<b>68.171,1</b>	<b>31.768,6</b>	<b>20.720,9</b>	<b>21.665,9</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	864,7	1.499,9	1.230,5
<b>V. DESPESAS</b>	<b>22.404,9</b>	<b>59.805,9</b>	<b>2.041,4</b>	<b>20.603,6</b>	<b>65.622,6</b>	<b>3.966,6</b>	<b>18.412,7</b>	<b>26.669,0</b>	<b>2.555,5</b>	<b>21.618,0</b>	<b>74.620,5</b>	<b>3.176,1</b>	<b>26.033,9</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.765,0	1.346,6	25.548,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3
V.1.2 - Dívida Contratual	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	94,6	178,8	219,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.829,4	485,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>8,0</b>	<b>-37.577,3</b>	<b>16.121,8</b>	<b>16.796,2</b>	<b>-43.751,3</b>	<b>16.134,2</b>	<b>-10.348,2</b>	<b>-17.142,1</b>	<b>10.593,6</b>	<b>45.566,8</b>	<b>-41.766,5</b>	<b>18.053,3</b>	<b>-4.892,8</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>3.218,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>9.080,4</b>	<b>-32.491,9</b>	<b>24.824,2</b>	<b>40.786,6</b>	<b>-75.875,7</b>	<b>35.733,8</b>	<b>1.085,4</b>	<b>-2.215,0</b>	<b>11.084,8</b>	<b>97.420,6</b>	<b>-104.427,7</b>	<b>23.232,8</b>	<b>5.751,7</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Mar/2008	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2009
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>6.232,6</b>	<b>14.519,7</b>	<b>5.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>2.301,3</b>	<b>4.022,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>17.412,2</b>	<b>2.682,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>1.709,9</b>	<b>1.832,7</b>	<b>14.218,4</b>
I.1. Emissão de Títulos	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>0,0</b>	<b>16.500,0</b>	<b>2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>29.000,0</b>	<b>1.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16.300,0</b>	<b>2.200,0</b>	<b>0,0</b>	<b>37.500,0</b>	<b>1.000,0</b>	<b>11.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	11.000,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>482,9</b>	<b>31.992,5</b>	<b>-35.790,1</b>	<b>832,7</b>	<b>3.218,4</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.



**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Mar/2008	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2009
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0
<b>IV. PRONAF</b>	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	402,0	210,6	207,7
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0
<b>V. PROEX</b>	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	251,5	162,6	161,6
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	22,1	20,0	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6
<b>XIII. TOTAL</b>	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	753,6	134,6	-1.704,7

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Mar/2008	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2009
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>601.469,9</b>	<b>592.388,5</b>	<b>594.780,9</b>	<b>622.143,9</b>	<b>625.730,9</b>	<b>625.853,6</b>	<b>624.506,8</b>	<b>614.743,6</b>	<b>618.211,8</b>	<b>699.243,7</b>	<b>711.250,2</b>	<b>715.153,6</b>	<b>540.260,9</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>11</sup>	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9
DPMFi em Poder do Banco Central	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8
Demais Obrigações Internas	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.299,1</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.661,3</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.852,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.140,6</b>
Disponibilidades Internas	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	386.018,4
Haveres junto aos Governos Regionais	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0
Haveres da Administração Indireta	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.422,4	210.080,2	207.929,7
Haveres Administrados pela STN	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>105.949,9</b>	<b>99.312,1</b>	<b>97.301,5</b>	<b>95.817,2</b>	<b>93.260,1</b>	<b>96.053,5</b>	<b>110.044,8</b>	<b>118.724,4</b>	<b>129.555,8</b>	<b>132.187,0</b>	<b>130.836,8</b>	<b>133.223,7</b>	<b>130.070,3</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>
Dívida Mobiliária	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8
Dívida Contratual	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>295,5</b>	<b>297,5</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>707.419,8</b>	<b>691.700,6</b>	<b>692.082,5</b>	<b>717.961,0</b>	<b>718.991,0</b>	<b>721.907,1</b>	<b>734.551,6</b>	<b>733.468,0</b>	<b>747.767,6</b>	<b>831.430,7</b>	<b>842.087,0</b>	<b>848.377,3</b>	<b>670.331,2</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>25,3%</b>	<b>24,3%</b>	<b>23,9%</b>	<b>24,4%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,4%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,4%</b>	<b>25,0%</b>	<b>28,0%</b>	<b>28,4%</b>	<b>28,9%</b>	<b>22,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>11</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>12</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mar/2008	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2009
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>	<b>1.640.490,7</b>	<b>1.660.273,7</b>	<b>1.764.096,5</b>	<b>1.685.118,5</b>	<b>1.714.351,9</b>	<b>1.751.401,5</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.250.026,9</b>	<b>1.218.713,8</b>	<b>1.239.608,0</b>	<b>1.247.289,8</b>	<b>1.204.404,8</b>	<b>1.223.194,9</b>	<b>1.224.735,1</b>	<b>1.226.272,2</b>	<b>1.244.393,7</b>	<b>1.264.823,3</b>	<b>1.221.097,0</b>	<b>1.247.398,7</b>	<b>1.267.793,9</b>
LFT	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1
LTN	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6
NTN-B	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8
NTN-C	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4
NTN-F	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6
Dívida Securitizada	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3
Demais Títulos em Poder do Público	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>362.998,9</b>	<b>362.253,0</b>	<b>367.344,7</b>	<b>423.664,7</b>	<b>398.581,9</b>	<b>402.357,0</b>	<b>406.314,7</b>	<b>410.149,2</b>	<b>412.005,8</b>	<b>494.310,9</b>	<b>462.366,3</b>	<b>465.516,4</b>	<b>482.112,0</b>
LFT	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8
LTN	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5
Demais Títulos na Carteira do BCB	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-16.107,6</b>	<b>-16.690,2</b>	<b>-16.988,4</b>	<b>-17.892,0</b>	<b>-18.373,8</b>	<b>-17.941,2</b>	<b>-18.360,0</b>	<b>-18.359,0</b>	<b>-18.594,1</b>	<b>-17.453,7</b>	<b>-20.678,5</b>	<b>-20.778,2</b>	<b>-20.606,8</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.460,8</b>	<b>22.410,9</b>	<b>22.377,3</b>	<b>22.416,8</b>	<b>22.493,7</b>	<b>22.563,6</b>	<b>22.478,4</b>	<b>22.428,4</b>	<b>22.468,4</b>	<b>22.416,0</b>	<b>22.333,8</b>	<b>22.215,1</b>	<b>22.102,4</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>	<b>119.084,6</b>	<b>129.984,2</b>	<b>132.512,2</b>	<b>131.143,7</b>	<b>133.599,5</b>	<b>130.450,1</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>81.770,8</b>	<b>76.485,0</b>	<b>75.136,7</b>	<b>74.144,6</b>	<b>71.923,9</b>	<b>74.022,9</b>	<b>84.596,8</b>	<b>90.883,2</b>	<b>99.035,5</b>	<b>100.924,9</b>	<b>100.030,7</b>	<b>102.037,1</b>	<b>100.147,8</b>
Euro	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9
Global US\$	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5
Global BRL	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0
Demais Títulos Externos	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>24.474,6</b>	<b>23.124,6</b>	<b>22.439,0</b>	<b>21.967,6</b>	<b>21.591,1</b>	<b>22.297,9</b>	<b>25.767,5</b>	<b>28.201,5</b>	<b>30.948,7</b>	<b>31.587,4</b>	<b>31.113,0</b>	<b>31.562,4</b>	<b>30.302,3</b>
Organismos Multilaterais	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.725.624,3</b>	<b>1.686.297,2</b>	<b>1.709.917,2</b>	<b>1.771.591,5</b>	<b>1.700.621,5</b>	<b>1.726.495,1</b>	<b>1.745.532,5</b>	<b>1.759.575,4</b>	<b>1.790.257,9</b>	<b>1.896.608,7</b>	<b>1.816.262,2</b>	<b>1.847.951,5</b>	<b>1.881.851,6</b>
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>61,6%</b>	<b>59,3%</b>	<b>59,0%</b>	<b>60,2%</b>	<b>57,5%</b>	<b>58,4%</b>	<b>58,6%</b>	<b>58,6%</b>	<b>59,8%</b>	<b>63,8%</b>	<b>61,3%</b>	<b>62,9%</b>	<b>64,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mar/2008	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2009
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.299,1</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.661,3</b>	<b>1.025.747,1</b>	<b>1.042.061,9</b>	<b>1.064.852,8</b>	<b>973.868,4</b>	<b>999.198,3</b>	<b>1.211.140,6</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>283.662,8</b>	<b>257.216,2</b>	<b>276.783,1</b>	<b>301.565,4</b>	<b>222.228,1</b>	<b>237.701,5</b>	<b>232.999,0</b>	<b>233.664,4</b>	<b>236.939,8</b>	<b>255.437,2</b>	<b>166.237,7</b>	<b>182.233,3</b>	<b>386.018,4</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>420.799,4</b>	<b>422.598,0</b>	<b>425.835,1</b>	<b>432.146,2</b>	<b>439.178,9</b>	<b>444.230,9</b>	<b>443.603,9</b>	<b>446.713,7</b>	<b>452.542,1</b>	<b>451.960,3</b>	<b>450.168,0</b>	<b>450.193,7</b>	<b>448.267,0</b>
Bônus Renegociados	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3
Antecipação de Royalties	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>195.088,2</b>	<b>196.407,1</b>	<b>196.960,4</b>	<b>198.780,3</b>	<b>198.694,2</b>	<b>199.495,2</b>	<b>201.410,8</b>	<b>203.994,2</b>	<b>206.317,9</b>	<b>210.225,0</b>	<b>205.422,4</b>	<b>210.080,2</b>	<b>207.929,7</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2
Fundos Constitucionais Regionais	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.909,7	45.387,3	45.844,7	46.344,0
Fundos Diversos	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>118.358,8</b>	<b>118.077,8</b>	<b>117.982,1</b>	<b>120.843,6</b>	<b>121.274,5</b>	<b>122.893,2</b>	<b>132.647,6</b>	<b>141.374,7</b>	<b>146.262,1</b>	<b>147.230,3</b>	<b>152.040,3</b>	<b>156.691,1</b>	<b>168.925,4</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3
Haveres de Operações Estruturadas	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3
Haveres Originários de Privatizações	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8
Haveres de Legislação Específica	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8
Demais Haveres Administrados pela STN	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>295,5</b>	<b>297,5</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>	<b>360,2</b>	<b>428,4</b>	<b>325,2</b>	<b>306,8</b>	<b>375,8</b>	<b>379,8</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.018.204,6</b>	<b>994.596,6</b>	<b>1.017.834,8</b>	<b>1.053.630,4</b>	<b>981.630,5</b>	<b>1.004.588,1</b>	<b>1.010.980,9</b>	<b>1.026.107,4</b>	<b>1.042.490,3</b>	<b>1.065.178,0</b>	<b>974.175,2</b>	<b>999.574,2</b>	<b>1.211.520,4</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>36,4%</b>	<b>35,0%</b>	<b>35,1%</b>	<b>35,8%</b>	<b>33,2%</b>	<b>34,0%</b>	<b>33,9%</b>	<b>34,2%</b>	<b>34,9%</b>	<b>35,9%</b>	<b>32,9%</b>	<b>34,0%</b>	<b>41,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MARÇO 2009/2008 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano <sup>2</sup>	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>3</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	131,8	9,7	9,7	2.041,0	2.050,7	279.212,6	18.099,4	221,3	221,1	6.930,6	7.151,7
Senado Federal	75.801,6	3.078,5	59,7	59,7	3.392,9	3.452,6	47.287,9	6.662,7	671,8	657,0	2.249,3	2.906,3
Tribunal de Contas da União	61.538,6	101,2	25,6	-	9.037,8	9.037,8	44.069,8	884,9	30,3	30,3	8.258,6	8.289,0
Supremo Tribunal Federal	70.468,6	38,5	-	-	28.643,1	28.643,1	78.539,4	1.631,6	129,5	129,5	7.546,1	7.675,6
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	262,8	-	-	2.753,3	2.753,3	14.385,0	2.377,8	511,5	510,4	7.144,3	7.654,8
Justiça Federal <sup>4</sup>	258.441,5	271.633,3	173.551,9	173.551,9	41.439,5	214.991,4	284.901,7	276.246,9	234.456,7	234.338,7	43.913,7	278.252,4
Justiça Militar	7.439,7	0,5	-	-	701,0	701,0	10.665,7	397,9	39,1	37,6	569,6	607,2
Justiça Eleitoral	277.400,0	1.362,7	0,3	0,3	36.660,5	36.660,8	165.001,3	75.459,3	1.160,1	1.119,0	44.898,9	46.017,9
Justiça do Trabalho	180.570,6	2.404,9	0,7	-	44.540,5	44.540,5	230.819,1	41.903,5	1.977,3	1.797,4	57.162,3	58.959,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.596,9	404,5	-	-	21.177,7	21.177,7	62.996,0	4.617,5	834,9	793,8	9.500,6	10.294,4
Presidência da República <sup>5</sup>	1.329.974,6	4,6	-	-	35.041,4	35.041,4	1.763.765,9	292.579,7	839,1	793,8	80.869,2	81.663,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	52.391,4	-	-	-	5.417,8	5.417,8	407.330,6	3.729,2	208,2	201,3	5.835,8	6.037,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.480,4	0,0	-	-	50.284,5	50.284,5	1.172.208,0	13.389,9	4.502,1	2.355,4	97.422,0	99.777,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.138.170,3	137,2	62,4	26,8	74.993,8	75.020,6	1.479.714,5	194.396,8	114.154,9	77.990,3	115.185,6	193.175,9
Ministério da Fazenda	489.769,1	6.552,8	252,6	252,6	33.910,0	34.162,7	532.204,2	26.730,8	4.996,2	4.941,3	26.956,7	31.898,0
Ministério da Educação	2.857.114,1	8.831,2	1.534,2	1.262,2	514.022,8	515.285,0	5.023.403,8	277.388,5	22.869,4	15.350,7	417.660,3	433.011,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.374,7	23,1	-	-	18.566,7	18.566,7	172.473,3	3.296,2	1.046,8	1.025,9	6.698,5	7.724,4
Ministério da Justiça	1.273.424,7	691,0	11,5	11,5	83.187,2	83.198,7	913.695,7	53.320,8	769,0	759,1	70.792,4	71.551,4
Ministério de Minas e Energia	64.891,2	216,4	-	-	5.300,3	5.300,3	77.085,6	7.318,3	757,2	736,8	5.651,3	6.388,1
Ministério da Previdência Social	139.623,2	8.059,4	123,4	123,4	14.187,3	14.310,7	239.477,7	5.942,9	60,9	57,7	22.308,5	22.366,2
Ministério Público da União	172.634,8	4.261,5	-	-	42.989,0	42.989,0	149.092,1	9.977,3	82,5	82,5	35.469,3	35.551,8
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	-	-	-	579,0	579,0	122.416,0	5.793,9	5.477,6	5.477,6	1.604,1	7.081,7
Ministério da Saúde	3.365.689,1	1.136,1	-	-	262.181,9	262.181,9	3.644.624,5	74.736,6	8.719,1	8.139,3	319.152,3	327.291,6
Ministério do Trabalho e Emprego	121.015,0	16,6	7,4	7,4	1.752,3	1.759,7	82.768,4	78,0	27,9	27,9	7.224,8	7.252,7
Ministério dos Transportes	9.432.409,0	247.504,0	4.338,7	367,3	905.289,3	905.656,7	10.514.542,2	2.223.090,7	126.272,2	125.610,1	900.302,4	1.025.912,5
Ministério das Comunicações	50.715,5	-	-	-	5.093,0	5.093,0	99.929,8	82,3	20,0	20,0	15.001,2	15.021,2
Ministério da Cultura	247.756,1	185,5	-	-	29.066,5	29.066,5	228.897,1	6.960,5	55,0	55,0	20.492,1	20.547,1
Ministério do Meio Ambiente	167.158,7	-	-	-	10.944,9	10.944,9	180.638,0	1.736,4	103,1	103,1	8.878,8	8.981,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.882.839,7	1.039,2	190,1	190,1	185.692,6	185.882,7	2.226.337,7	467.115,1	27.280,7	27.280,7	80.126,2	107.406,9
Ministério do Esporte	898.338,3	15,5	-	-	28.402,7	28.402,7	1.006.549,9	2.899,9	-	-	45.933,9	45.933,9
Ministério da Defesa	4.249.086,7	21.428,4	4.859,2	-	371.945,8	371.945,8	4.780.703,1	894.489,9	129.680,9	122.907,3	489.661,6	612.568,9
Ministério da Integração Nacional	4.344.541,1	150.295,4	2.329,3	2.329,3	307.122,6	309.451,9	5.165.054,3	482.099,8	3.000,0	544,0	253.978,4	254.522,4
Ministério do Turismo	2.024.258,3	10.686,5	-	-	3.651,2	3.651,2	2.166.741,3	27.109,8	8,0	8,0	43.206,6	43.214,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	177.913,7	790,6	-	-	17.181,1	17.181,1	256.025,5	40.041,0	4.115,4	4.115,4	43.301,0	47.416,4
Ministério das Cidades	5.414.548,8	33.792,0	5,4	-	515.575,0	515.575,0	8.884.404,2	607.413,6	43.661,2	43.618,1	415.847,5	459.465,6
<b>TOTAL</b>	<b>42.234.772,7</b>	<b>775.085,7</b>	<b>187.362,1</b>	<b>178.192,3</b>	<b>3.712.766,0</b>	<b>3.890.958,3</b>	<b>52.507.961,9</b>	<b>6.149.999,5</b>	<b>738.739,8</b>	<b>681.836,1</b>	<b>3.717.734,4</b>	<b>4.399.570,6</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifaf após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>3</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>4</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

<sup>5</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**Março / 2009**

### Comentários

Em Março de 2009, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -20,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.138.881,8 (mil), em Março de 2009, ante R\$ 6.428.284,4 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Janeiro a	Fevereiro	Março	Janeiro a	Mar / 2009	Mar / 2009	Jan a Mar / 2009
			Março			Março	Fev / 2009	Mar / 2008	Jan a Mar / 2008
FPM	3.772.425,6	2.971.365,2	10.176.149,1	3.287.191,0	2.627.837,4	9.441.080,5	-20,1%	-11,6%	-7,2%
FPE	3.604.762,0	2.839.304,4	9.723.875,3	3.141.093,4	2.511.044,4	9.021.476,5	-20,1%	-11,6%	-7,2%
IPI-Exp	232.487,4	231.571,2	679.387,7	195.087,0	150.451,7	561.227,0	-22,9%	-35,0%	-17,4%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
<b>MARÇO</b>	- 18 %	- 20,1 %	- 18 %	- 20,1 %	- 11 %	- 22,9 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 22 %	+ 31 %	- 27 %
IPI - EXP	+ 21 %	+ 40 %	+ 6 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2009 a 20/03/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	1.123.501	6.750.690	7.874.190	MAR/1º DEC	1.354.361	1.417.354	89.880	<b>2.861.595</b>
MAR/1º DEC	343.467	1.049.138	1.392.605	MAR/2º DEC	239.528	250.669	27.477	<b>517.674</b>
MAR/2º DEC	413.679	4.918.622	5.332.301	MAR/3º DEC	917.156	959.814	33.094	<b>1.910.064</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.880.646</b>	<b>12.718.450</b>	<b>14.599.096</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.511.044</b>	<b>2.627.837</b>	<b>150.452</b>	<b>5.289.333</b>

Observações:

Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;

Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);

Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	13.717,9	85.902,8	21,5
ALAGOAS	AL	62.267,9	104.462,0	445,1
AMAZONAS	AM	36.879,0	70.068,2	1.811,7
AMAPÁ	AP	9.185,6	85.676,8	141,2
BAHIA	BA	238.930,7	235.942,8	10.100,6
CEARÁ	CE	136.650,1	184.232,8	1.334,5
DISTRITO FEDERAL	DF	4.303,7	17.331,2	149,3
ESPÍRITO SANTO	ES	45.190,0	37.665,7	6.171,3
GOIÁS	GO	95.173,0	71.391,5	2.384,1
MARANHÃO	MA	109.240,2	181.252,2	1.554,0
MINAS GERAIS	MG	344.407,4	111.854,5	18.092,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	39.904,7	33.447,1	1.009,4
MATO GROSSO	MT	48.450,5	57.952,4	1.773,4
PARÁ	PA	95.489,9	153.475,0	6.986,0
PARAÍBA	PB	84.687,0	120.251,4	316,9
PERNAMBUCO	PE	131.803,8	173.267,1	924,2
PIAUI	PI	66.689,1	108.512,3	43,6
PARANÁ	PR	179.597,7	72.398,4	14.430,3
RIO DE JANEIRO	RJ	77.267,3	38.361,2	23.799,6
RIO GRANDE DO NORTE	RN	64.996,3	104.908,9	251,9
RONDÔNIA	RO	23.832,5	70.701,0	470,5
RORAIMA	RR	16.501,8	62.291,5	7,2
RIO GRANDE DO SUL	RS	178.110,2	59.130,1	17.679,5
SANTA CATARINA	SC	101.942,4	32.136,3	10.283,1
SERGIPE	SE	38.077,5	104.341,4	131,3
SÃO PAULO	SP	347.380,8	25.110,4	30.090,3
TOCANTINS	TO	37.160,3	108.979,3	49,2
<b>TOTAL</b>		<b>2.627.837,4</b>	<b>2.511.044,4</b>	<b>150.451,7</b>

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa

Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026

E-mail: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)